Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

APRESENTAÇÃO DE CONTAS

2018

Sede : Rua Serpa Pinto, n.º 1, 2560 – 363 Torres Vedras

Índice

Índice 2

Mensagem da Mesa Administrativa 7

Corpos Gerentes 2018/2021 9

CONSELHO FISCAL 9

MESA DA ASSEMBLEIA 9

MESA ADMINISTRATIVA 9

Áreas / Respostas Sociais/Serviços 10

Relatório de Atividades | 2018 11

Atividades 12

Considerações Finais 22

Demonstrações Financeiras 23

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS LÍQUIDOS 24

BALANÇO 25

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 27

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS LÍQUIDOS DAS RESPOSTAS SOCIAIS 28

Gastos 29

Rendimentos 30

Anexo às Demonstrações Financeiras 31

1 | IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE: 32

2 | REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: 32

3 | PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS: 33

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS 33

IMPARIDADE DE ATIVOS 34

INVENTÁRIOS 34

INSTRUMENTOS FINANCEIROS 34

EMPRÉSTIMOS 35

4 | FLUXOS DE CAIXA: 36
5 | ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS: 36
6 | INVESTIMENTOS FINANCEIROS 38
7 | INVENTÁRIOS 38
8 | RÉDITO 39
9 | ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO 40
10| INSTRUMENTOS FINANCEIROS 40
11 | Benefícios de empregados 42
12 | OUTRAS INFORMAÇÕES 42
Parecer do Conselho Fiscal 45
Certificação Legal de Contas 47

Exmo Senhor

Dr Luís António Costa Lopes Rodrigues

M.I. Presidente da Mesa da Assembleia

Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras

Torres Vedras, Abril 2019

A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras, em cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem submeter à apreciação e aprovação de V. Exa. e restantes irmãos o Relatório e Contas de Gerência relativo ao exercício do ano de 2018, bem como a transferência dos resultados líquidos para a conta de resultados transitados.

Mais do que uma mera apresentação de resultados, realçamos o esforço de nortear a nossa ação de acordo com os objetivos estratégicos previamente definidos. É de ressalvar o empenho de todos os colaboradores e órgãos sociais em concretizar estes objetivos no dia-a-dia desta instituição.

Apresentamos os nossos melhores cumprimentos,

A Mesa Administrativa

Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras.

Mensagem da Mesa Administrativa

A Mesa Administrativa da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras, agradece aos Órgãos Sociais, Assembleia Geral e Conselho Fiscal, toda a colaboração prestada ao longo do ano de 2018, assim como a todos os Irmãos desta Irmandade presentes e não presentes, um obrigado a todos.

O ano de 2018 foi mais um ano de trabalho árduo, tentando melhorar todas as respostas sociais para benefício dos utentes, em que agradecemos o esforço de todos os colaboradores, sendo para eles uma palavra de gratidão e amizade.

A Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras foi fundada por carta de El-Rei D. Manuel I, datada de Évora, de 26 de Julho de 1520. Estamos a aproximar-nos de um marco histórico da nossa Misericórdia, pelo que a Mesa Administrativa intensificou o seu trabalho de análise e estruturação para a realização das comemorações dos 499 e 500 anos em 26 de julho de 2019/2020. Queremos não só dignificar o passado como honra-lo de forma indelével e inesquecível, mostrar à população a nossa essência, o legado recebido, a evolução e crescimento construído ao longo dos séculos.

Uma das grandes batalhas é a sustentabilidade da instituição, manter a capacidade económica tendo sempre presente não só o agora, como também o futuro. Procuramos ser rigorosos no cumprimento da missão que nos entregaram, pelo que revimos contratos com fornecedores que nos deram garantias, efetivamos transações comerciais com novos fornecedores, exigindo sempre produtos de qualidade ao melhor preço/mercado, para manter a qualidade do serviço prestado sem descorar a sustentabilidade.

A frota automóvel, fundamental para os serviços que prestamos, motivo pelo que procuramos manter a mesma em excelentes condições, o que nos levou no ano 2018 a adquirir um veículo ligeiro para substituição.

De 1520 até aos dias de hoje esta Instituição, tem vindo a acompanhar a população torreense na sua evolução e suas necessidades socio-económicas O apoio à Cantina Social, Banco Alimentar e Carenciados levam 25% dos nossos rendimentos prediais.

A Instituição no ano 2018 laborou com 146 colaboradores, havendo no decurso do ano 45 admissões e 37 demissões. No sector de pessoal, sempre

cada vez mais exigente, verificamos alguma insatisfação, apesar de todos os anos serem feitos aumentos salariais. A subida do salário mínimo dos últimos três anos, provocou uma igualdade nos vencimentos das categorias profissionais, anulando escalões dos anos de serviço e a diferenciação de algumas categorias profissionais, criando assim uma desigualdade que deu início à insatisfação.

No triénio de 2015 a 2018, houve algum absentismo, sendo preocupante em algumas respostas sociais.

Atenta a essa situação a Instituição ao longo dos últimos anos, proporcionou aos colaboradores benefícios tais como: prémio de assiduidade mensal, no valor de 15 euros; fornecimento alimentação, a qual para além do almoço, também é dado lanche à tarde e a meio da manhã; foi instituído o prémio de natalidade no valor de 500 euros pelo nascimento de filho; este ano de 2018, deliberou esta Mesa dar o dia de aniversário, a iniciar em janeiro de 2019, por forma que cada colaborador possa usufruir o seu dia em plenitude. Procuramos dentro do que nos é possível, estar atentos ao bem-estar e incentivar cada um dos nossos colaboradores para que de forma saudável possamos interagir com lealdade, confiança e amizade formando uma equipa coesa ao serviço do próximo.

A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia, está ao serviço da Instituição, pelo que de si dá o melhor, sempre procurando o crescimento humanitário, social, cultural e económico desta Irmandade, é com este propósito que estamos a construir o novo Lar sito em Ameal, o qual estamos convictos abrirá as suas portas no próximo dia 26 de julho de 2019.

Não temos fim, apenas o início em 26 de Julho de 1520, e a Missão de prestar, desenvolver e criar respostas adequadas às necessidades da população, de acordo com as 14 Obras de Misericórdia e princípios da Doutrina e Moral Cristãs, e a Visão de Ser uma instituição de referência na comunidade através da qualidade, eficácia, inovação, diversidade e sustentabilidade das suas respostas sociais e serviços. Com humildade servimos a comunidade, e com gratidão recebemos o retorno ao sentirmo-nos úteis ao próximo.

Torres Vedras, 28 de fevereiro 2019

A Mesa Administrativa

Corpos Gerentes 2018/2021

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente

Luís António Costa Lopes Rodrigues

Vice-Presidente

António Maria Silva Ferreira Nunes

Secretário

Jacinto António Franco Leandro

MESA ADMINISTRATIVA

Provedor

Vasco José Augusto Fernandes

Vice Provedor

José Elias Esteves

Secretário

Carlos Alberto dos Reis

Tesoureiro

Margarida Maria Antunes Ferreira Rosado

Vogais Efetivos

João Isidro Rodrigues Martins

António Manuel Carmona Rodrigues Mendes

Vítor Manuel Domingos Rodrigues

Vogais Suplentes

Carlos Alberto Marques

João Francisco Franco Pereira

António José Freire Pires Guerra

CONSELHO FISCAL

Presidente

Paulo Jorge da Silva Inácio Gomes

Vice-Presidente

Vasco Luis Costa Lopes Rodrigues

Secretário

João Manuel Simões Dias Perdigão

Vogais

Celestino Romualdo Duarte Pereira

Fernando José Franco Ramos

Vítor Manuel Brettes Victor

Áreas / Respostas Sociais/Serviços

A Santa Casa tem em funcionamento nove respostas sociais, distribuídas por cinco equipamentos, nas áreas da infância e juventude, idosos, comunidade e família e saúde. Mantem também Protocolo de Colaboração, no âmbito da Convenção da Rede Solidária de Cantinas Sociais para o Programa de Emergência Alimentar, no Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (PO APMC) e Banco Alimentar Contra a Fome.

Área intervenção	Resposta social	Projetos
Infância e Juventude	Creche	- Projeto Mãos Dadas; - Sensibilização à Leitura e Escrita; - Projeto Horta Pedagógica /Ateliê Culinária Saudável; - Coro Infantil.
	Pré-Escolar	
	Centro de Atividades tempos livres (CATL)	
Idosos	Centro Dia Cidade (CD)	- Fisioterapia Manutenção; - Projeto Costura Solidária.
	Centro Dia Alargado (CDA)	
	Estrutura Residencial Para pessoas Idosas (ERPI)	
	Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)	
	Residências Geriátricas	- Projeto Costura Solidária.
Comunidade e Família	Atendimento e Acompanhamento Social	
	Programas de Apoio Alimentar	Banco alimentar; Cantina Social e PO APMC
	Loja Social	
Saúde	Clinica Domus	Projeto "Postura e Mochilas"
Culto e Cultura	Capela Nossa Senhora do Ameal	- Projeto municipal "Idosos Saudáveis e Ativos"
	Igreja da Misericórdia	- Projeto municipal "Idosos Saudáveis e Ativos"; - Ciclo de Órgão de Torres Vedras
	Sala Museu Manuel Rosado	
	Atelier de Órgão	
	Laboratório de Conservação e Restauro de Documentos Gráficos	

Relatório de Atividades | 2018

O presente relatório tenta ser a expressão mais real do desempenho desta Santa Casa ao longo do ano 2018, no cumprimento da sua Missão, Visão e Valores.

Apresentamos as três verbas resultantes da atividade deste exercício, em comparação ao anterior

	2017	2018
Movimento Geral do Ano	3.240.833,71	3.299.296,94
Ativo Líquido	7.013.541,21	7.291.217,36
Resultados Líquidos	52.036,37	74.009,25

Atividades

Edifício Sede

Este espaço não tem uma rentabilidade quantitativa, mas sim qualitativa, é no significado dos tempos modernos a "casa" que abriga a Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras, é aqui que somos Provedoria, Administração, Arquivo e Salão Nobre.

Aqui encontra-se o arquivo histórico, espaço de memórias, onde se encontram os anais da nossa Misericórdia.

Neste mesmo edifício começa a ganhar corpo o Laboratório de Conservação e Restauro de Documentos Gráficos e a Sala Museu, que pretende dar a conhecer os objetos que compõem e dão significado à nossa história.

Os serviços administrativos mantêm-se no espaço do rés de chão, continuando a sua laboração em esforço de serviço, procurando dar a resposta adequada para todo o manancial legislativo que esta Misericórdia se encontra vinculada a cumprir.

Capela Nossa Senhora do Ameal

A Capela que consideramos berço da Instituição, e que para nós tem um significado de elevada estima emocional, encontra-se aberta ao público desde 2016 numa parceria com a Camara Municipal de Torres Vedras, no âmbito do projeto ISA, o qual é sem dúvida uma mais-valia na divulgação do nosso património. Este local de culto teve em 2018, cerca 2.951 visitantes

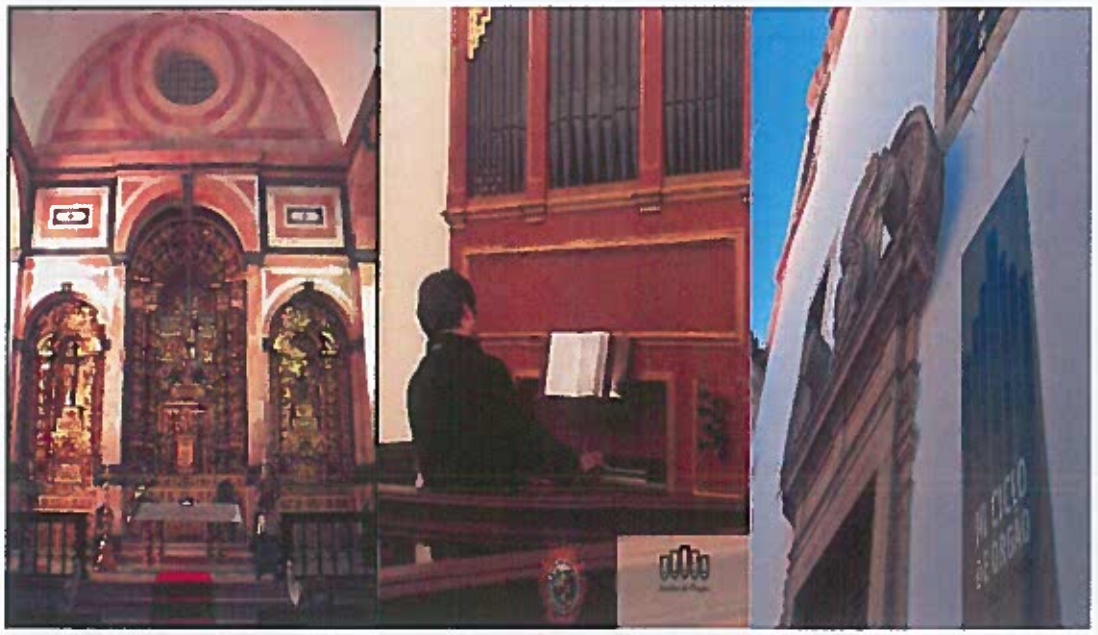
Igreja da Misericórdia

Templo de uma beleza singular na grandiosidade da sua arte, de uma atmosfera mística de paz, numa acústica perfeita, ao chamamento do ser terreno à comunhão com o etéreo.

Não podendo definir o motivo pelo qual é escolhido, este é sem dúvida um dos templos mais bonitos da nossa cidade e que teve em 2018 cerca de 7.106 visitas, no qual é possível momentos de recolhimento e oração de todo o cristão que sente o apelo de comungar o seu íntimo com a divindade.

Incorporado no seu espaço está o órgão de tubos "Bento Fontanes", o qual permitiu que esta Misericórdia servisse de uma outra forma os Torreenses, dando-lhes a oportunidade de aprender uma arte, abrindo ao público um atelier de órgão, que é essencialmente composto por jovens o que muito nos apraz. Este decorre ao fim do dia, não perturbando o recolhimento daqueles que, no horário de abertura do templo, o procuram.

É também neste espaço de acústica perfeita que se realizam ao longo do ano vários concertos de música sacra, e apresentações por parte de grupos corais, é igualmente o espaço onde decorre o Ciclo de Órgão de Torres Vedras, iniciativa recente, em parceria com a Câmara Municipal e que já se considera um sucesso pela grande afluência de público.



Edifício Hospitalar e Ex- slat

Este espaço cedido ao Ministério da Saúde, não nos trouxe qualquer encargo económico no decorrer dos anos civis.

Edifício Joaquim Mendes

R. Dr. António Batalha Reis nº 8

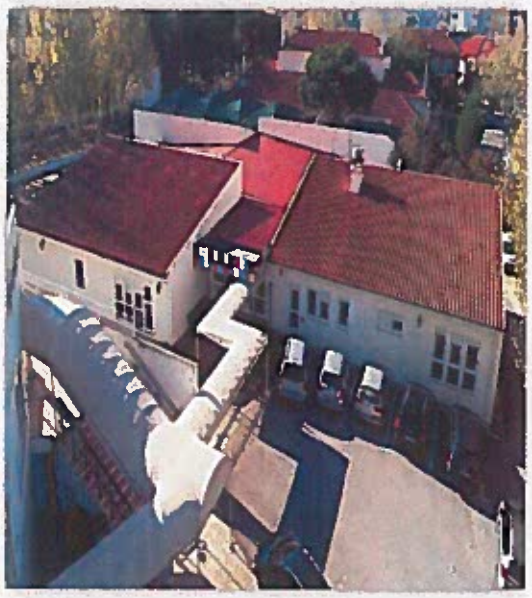
As respostas sociais que se encontram ali sediadas, continuam a desenvolver um ótimo trabalho para o seu público-alvo.

A área mais social (deficit económico) – Cantina e Loja Social – que se encontra na cave, tem uma grande afluência, significando que as famílias continuam com muitas dificuldades económicas, vivendo no limiar da pobreza.

A parte restante do edifício, ocupada pelo Centro de Dia, motivo de satisfação para nós pela forma profissional e humana como são prestados os seus serviços à comunidade.

Edifício Creche e Pré-escolar

R. Princesa Maria Bendita



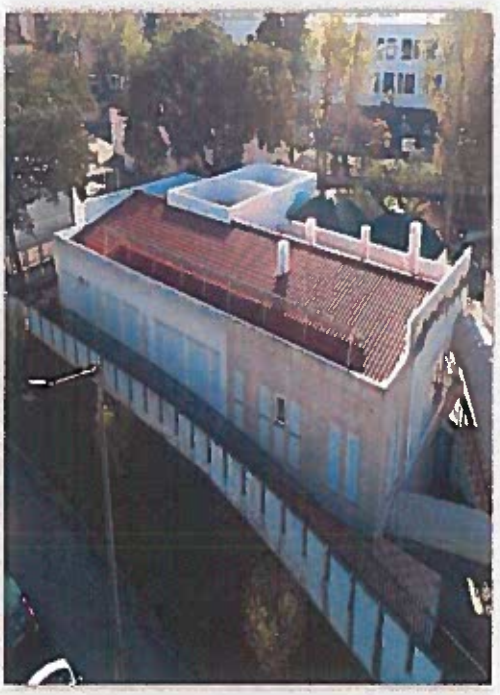
Um Edifício, que sendo propriedade da Segurança Social, encontra-se cedido a esta Instituição para exploração, desde a sua inauguração. É aqui que as respostas sociais da infância se encontram sediadas, motivo pelo qual aplicamos verbas de manutenção e restruturação, por forma a garantirmos um serviço de qualidade, conforto e comodidade, num espaço atualizado.

Edifício CATL e Sala "Projeto Mãos Dadas"

R. Princesa Maria Benedita

Este edifício nasceu de uma necessidade de alargar e diversificar o apoio à infância, em novas vertentes, procurando responder na medida das nossas possibilidades às solicitações que nos eram feitas.

Apresenta-se hoje como uma mais-valia na área de apoio á infância, o que nos faz sentir gratificados. Não apresenta custos que não sejam ressarcidos pelos seus próprios proveitos.



Edifício Comercial e Habitacional

Praça da Republica e R. Paiva de Andrada

Poderemos considerar este edifício, como sendo o primeiro grande empreendimento da instituição para a realização de obras corporais de Misericórdia. Ao longo dos anos, foi tendo destinos diversos, atualmente a sua ocupação poderá ser considerada de multiusos (comércio, serviços e habitação).

Completamente rentabilizado, os seus espaços encontram-se ocupados, permitindo-nos arrecadar uma receita mensal .

Edifício Lar Nossa Senhora da Misericórdia

Este espaço ocupado pelas respostas sociais Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas (ERPI), Centro de Dia alargado (CDA) e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), continua a desempenhar as suas funções, cuja resposta nos dignifica pela qualidade dos serviços prestados.

A sua manutenção é feita com rigor por forma a garantir o bom desempenho e conforto de todos aqueles que usufruem do espaço.

Edifício Domus – Residências

As residências assistidas continuam a ter muita procura, pela qualidade dos seus serviços e das instalações que dispomos. A ocupação dos apartamentos manteve-se completa no decurso do ano de 2018.

Edifício Domus – Clínica

A Clínica continua a ter uma grande afluência de público, o que mostra a qualidade de trabalho realizado pelos profissionais competentes que ali prestam os seus serviços especializados.

Não podendo descurar a qualidade das instalações, este ano foram necessárias fazer algumas reparações, bem como a manutenção regular do espaço da piscina.

Salão de Festas

Este espaço já deu os seus primeiros passos para os fins para o qual foi construído.

As festas da Instituição decorreram neste espaço, permitindo-nos usufruir da excelente qualidade de espaço e instalações.

No decorrer do ano 2018, foram realizados alguns eventos trazendo mais-valias para a instituição.

Apoio Social – Distribuição de bens de 1ª necessidade

A Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras em parceria com outras entidades continua a prestar apoio na área social de distribuição de donativos de bens de primeira necessidade à comunidade torriense que por força das circunstâncias vive com dificuldades financeiras.

Continuamos a colaborar com um grupo de Senhoras voluntárias tendo estas contribuído com 50% do valor dos bens alimentares, cedendo o espaço de reunião e colaborando na feitura dos sacos e sua distribuição.

A parceria com o Banco Alimentar Contra a Fome mantem-se nos mesmos moldes, prestando-se apoio mensal a cerca de 100 famílias, havendo por vezes necessidade de colmatarmos faltas de bens alimentares com produtos da nossa própria "despensa".

No âmbito do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (PO APMC) são apoiados 114 indivíduos.

Mantivemos no decurso do ano a distribuição de bens doados de primeira necessidade, como vestuário e calçado, a qual tem lugar atualmente na loja social instalada no edifício da R. Dr. António Batalha Reis e no edifício Chaminé no Sarge, bem como a já tradicional distribuição de cabaz de natal, que este ano contemplou cerca de 170 famílias.

Associação de Socorros Mútuos 24 de julho de 1894

Neste capítulo continuamos a honrar o compromisso de suportar os custos de receituário medicamentoso aos sócios da extinta associação.

Parque automóvel

No decurso do ano económico em apreço foi adquirida uma viatura ligeira, a qual foi adstrita ao uso dos Equipamentos Lar Nossa Senhora da Misericórdia e Domus.

Arquivo

No decurso do ano foi criado um Laboratório de Conservação e Restauro de Documentos Gráficos com vista à intervenção de Conservação e Restauro no Fundo Documental da Instituição.

Imóveis

Designação	Morada / Cidade
Ermida de Nossa Senhora do Ameal	Choupal – Torres Vedras
Igreja da Misericórdia	R. Serpa Pinto – Torres Vedras
Edifício da Sede Social	
Edifício da Praça da Republica	Praça da Republica – Torres Vedras
Edifício Hospital Distrital TV	R. Aurélio Ricardo Belo – Torres Vedras
Edifício do Antigo Slat	
Edifício da Encosta do Castelo	R. Detrás do Açougue – Torres Vedras
Edifício Joaquim Mendes	R. António Batalha Reis, nº 8 – Torres Vedras
Edifício de CATL	R. Princesa Maria Benedita – Torres Vedras
Lar Nossa Senhora da Misericórdia	Urb. Casal da Cartuxa – Sarge – Torres Vedras
Edifício "Domus Misericórdiae"	
Edifício Salão de Festas	
Pavilhão | Área de 400 m²	
Terreno com projeto UCC	
Loja para comércio	R. José Eduardo César – Torres Vedras
Moradias	Braçal – S. Domingos de Carmões
Terreno | Artigo Matricial 12, secção JJ | Área (ha) 1,500000	Serra do Socorro – Dois Portos e Runa
Terreno | Artigo Matricial 13, secção JJ | Área (ha) 0,132000	
Propriedade Rustica | Artigo Matricial 202, secção 1E | Área (ha) 1,468700	Pé da Serra, freguesia de Azueira e Sobral da Abelheira – Mafra
Propriedade Rustica | Artigo Matricial 77, secção 1E| Área (ha) 3,287500	
Apartamento no Edifício Chaminé	Sarge – Torres Vedras
Loja A no Edifício Chaminé | Artigo Matricial 4187	
Loja B no Edifício Chaminé | Artigo matricial 4187	

Imóveis (Cont.)

Designação	Morada / Cidade
Terreno | Artigo Matricial 9, secção O | Área (ha) 0,392000	Arroteia, Ameal, freguesia de Ramalhal
Terreno | Artigo Matricial 10, secção O | Área (ha) 0,920000	
Propriedade urbana | Artigo Matricial 3026	Turcifal
Propriedade rústica | Artigo Matricial 56, secção K | Área total 1,914 000 ha	Relvas - Turcifal
Loja | Artigo Matricial 9224, fração autónoma H	R. Santos Bernardes, nº 10 - Torres Vedras
Escritório | Artigo Matricial 4077, fração autónoma F	Av. General Humberto Delgado, nº 26 - Torres Vedras
Escritório | Artigo Matricial 4077, fração autónoma E	
Lote de Terreno Urbano | Artigo Matricial 2216 | Área total do Terreno: 363,0000 m²	Ponte do Rol – Torres Vedras
Lote de Terreno Urbano | Artigo Matricial 2217 | Área total do Terreno: 376,0000 m²	
Lote de Terreno Urbano | Artigo Matricial 2218 | Área total do Terreno: 344,0000 m²	
Lote de Terreno Urbano | Artigo Matricial 2219 | Área total do Terreno: 339,0000 m²	
Apartamento | Artigo Matricial 5333, fração autónoma C	Rua António José de Almeida, nº 34 R/c Frente, Lourinhã
Apartamento	Largo José Fontana, n.º 27 R/C Dtº, Parede

Considerações Finais

Para além dos pontos abordados ao longo deste relatório, foram realizadas inúmeras atividades que não poderão ser quantificadas, mas que contribuíram para o desenvolvimento e bom desempenho desta instituição ao longo do ano 2018.

A Santa Casa conduziu a sua atividade de uma forma financeiramente disciplinada, exigente e criteriosa, não descurando a Qualidade, Parcerias e Recursos Humanos, que requerem um investimento constante, muitas vezes só recuperado a longo prazo.

A Mesa Administrativa agradece a todos os elementos dos Corpos Sociais, Funcionários, Voluntários, Mecenas e a todos os que com a sua disponibilidade, dedicação e empenho, contribuíram com a sua solidariedade e voluntarismo para este resultado.

Torres Vedras, fevereiro de 2019.

Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS LÍQUIDOS

Euros

Rubricas	Notas	31-12-2018	31-12-2017
Rendimentos e Gastos			
Vendas e serviços prestados	8	1.624.905,28	1.546.418,98
Subsídios, doações e legados à exploração	8	1.030.983,57	1.046.544,68
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumíveis	7	-413.413,75	-417.747,47
Fornecimentos e serviços externos		-663.187,58	-611.721,54
Gastos com o pessoal	11	-1.869.170,50	-1.821.895,57
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)		-9.817,03	-7.073,62
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		100,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	8	641.633,22	644.762,43
Outros gastos e perdas		-23.518,33	-13.649,11
Resultado antes depreciações, gastos de financiamento e impostos		318.514,88	365.638,78
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-246.180,50	-312.509,62
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		72.334,38	53.129,16
Juros e rendimentos similares obtidos	8	1.674,87	1.946,66
Juros e gastos similares suportados		0,00	-3.039,45
Resultados antes de impostos		74.009,25	52.036,37
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		74.009,25	52.036,37

BALANÇO

Euros

Rubricas	Notas	31-12-2018	31-12-2017
ATIVO			
Activo	-		
Ativo não Corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	6.064.995,33	6.029.960,77
Bens do património histórico e cultural	5	70.868,40	70.868,40
Propriedades do Investimento		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros:	6	25.869,16	23.080,63
Fundador/Benem./Patric/Doad/Assoc/Membros		0,00	0,00
		6.161.732,89	6.123.909,80
Ativo Corrente			
Inventários	7	15.311,62	16.951,99
Clientes	10.1/10.2	118.190,92	149.826,00
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Fundador/Benem./Patric/Doad/Assoc/Membros		0,00	0,00
Outras contas a receber	10.1/12.3	120.054,18	150.296,59
Diferimentos	12.2	7.161,90	6.749,17
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	10.3	868.765,85	565.807,66
		1.129.484,47	889.631,41
Total do Ativo		7.291.217,36	7.013.541,21
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais	-		
Fundos	12.4	4.492.247,00	4.492.247,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	12.4	676.791,11	519.190,84
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outros variações nos fundos patrimoniais	12.4	1.257.128,97	1.296.654,86
Resultado liquído do período	12.4	74.009,25	52.036,37
Total do fundo de capital		6.500.176,33	6.360.129,07
Passivo	-		
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	10.4	200.000,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		200.000,00	0,00

Euros

Rubricas	Notas	31-12-2018	31-12-2017
Passivo corrente			
Fornecedores	10.1	52.683,92	55.188,60
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estados e outros entes públicos	12.1	46.146,59	40.265,59
Fundador/Benem./Patric/Doad/Assoc/Membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	12.2	102.800,00	93.600,00
Outros contas a pagar	10.1/12.3	389.410,52	464.357,95
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		591.041,03	653.412,14
Total do Passivo		791.041,03	653.412,14
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		7.291.217,36	7.013.541,21

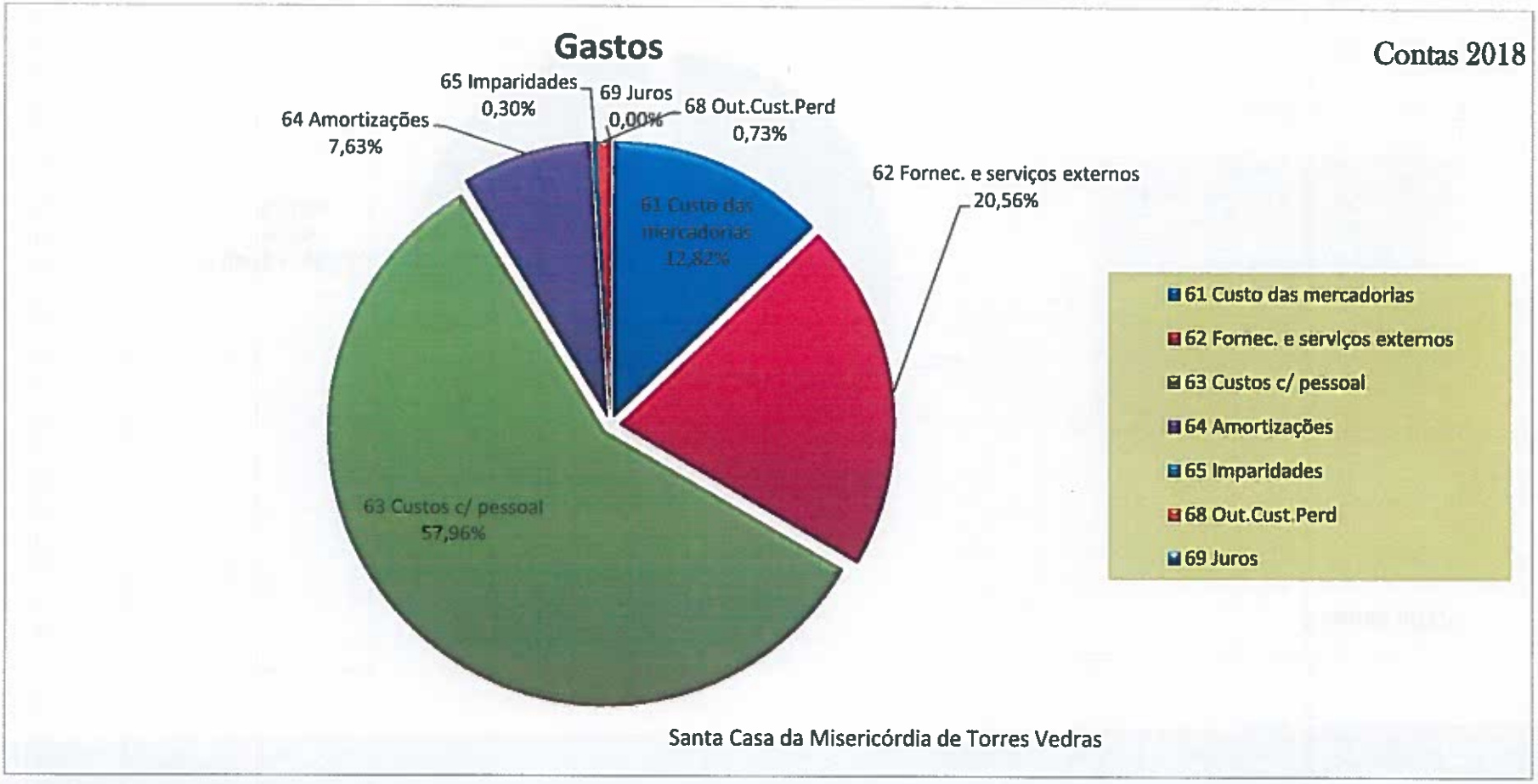
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Rubricas	Notas	31-12-2018	31-12-2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais-método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		2.030.951,72	1.919.313,36
Pagamento de subsídios	-	0,00	0,00
Pagamento de apoios		0,00	0,00
Pagamento de Bolsas		0,00	0,00
Pagamento a fornecedores		-1.141.938,94	-878.349,10
Pagamentos ao pessoal	12.7	-1.762.043,94	-1.733.778,64
Caixa gerada pelas operações		-873.031,16	-692.814,38
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		976.322,69	926.624,28
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		103.291,53	233.809,90
Fluxo de caixa das atividades e investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa de atividades de investimento (2)		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	-	200.000,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras Operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	-279.926,45
Juros e gastos similares		-333,34	-4.470,19
Dividendos		0,00	0,00
Resdução de Fundos		0,00	0,00
Outras Operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxo de caixa das atividades dev financiamento (3)		199.666,66	-284.396,64
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		302.958,19	-50.586,74
Efeito das diferenças de câmbio	-	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início de período		565.807,66	616.394,40
Caixa e seus equivalentes no fim de período	4	868.765,85	565.807,66

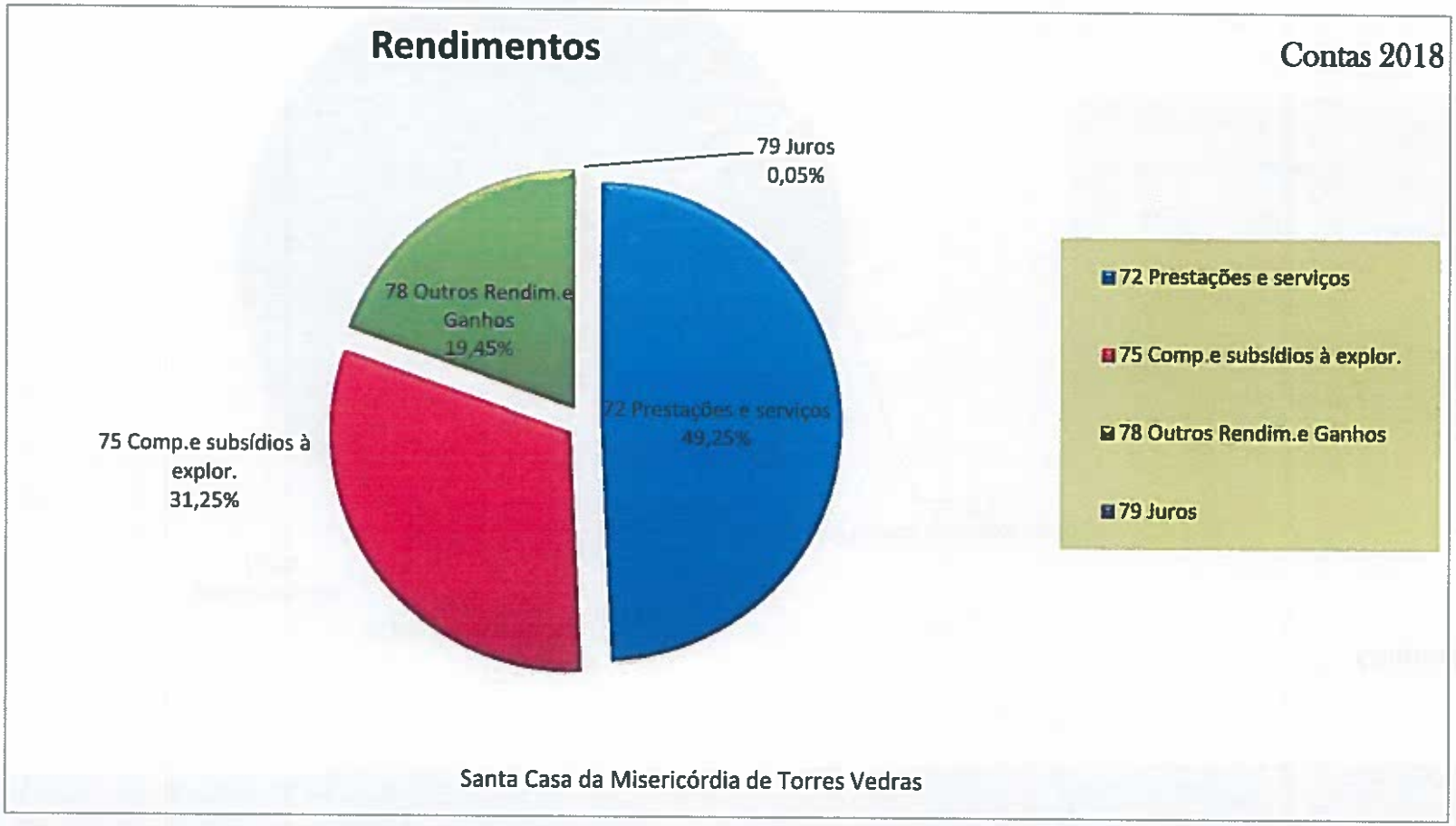
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS LÍQUIDOS DAS RESPOSTAS SOCIAIS

Rubricas	Creche	Catl	J.Inf	CD/Cid	CD/Lar	A.Dom	Lar	A.Social	Clínica	Resid	A.Car	Alug	O.Act	TOTAL
Rendimentos e Gastos														
Vendas e serviços prestados	90.663,27	40.401,60	152.978,15	59.873,60	51.244,17	76.116,82	519.013,41	0,00	117.870,83	511.142,93	287,50	0,00	5.313,00	1.624.905,28
Subsídios, doações e legados à exploração	197.426,97	0,00	241.984,54	60.333,35	19.801,25	185.456,26	251.892,07	38.482,20	0,00	0,00	35.606,93	0,00	0,00	1.030.983,57
Variação nos inventários da produção														
Trabalhos para a própria entidade														
Custo das mercadorias vendidas e das mat. Cons.	-17.783,89	-3.159,27	-40.638,34	-19.866,02	-17.063,40	-34.125,12	-124.488,15	0,00	-21.873,74	-91.623,85	-42.791,97	0,00	0,00	-413.413,75
Fornecimentos e serviços externos	-44.238,87	-6.418,24	-88.586,13	-28.261,93	-17.393,84	-78.781,04	-220.621,32	-2.502,89	-66.166,69	-74.210,65	-6.866,05	-7.657,59	-21.482,34	-663.187,58
Gastos com o pessoal	-215.767,33	-23.536,58	-298.995,34	-117.018,57	-63.388,10	-178.880,14	-404.638,73	-40.010,61	-86.121,35	-381.084,13	-59.729,62	0,00	0,00	-1.869.170,50
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)														
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	-148,20	-137,10	-168,00	0,00	-9.136,50	-139,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-87,50	-9.817,03
Provisões (aumentos/reduções)														
Provisões específicas (aumentos/reduções)														
Outras imparidades (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	100,00
Aumentos/reduções de justo valor														
Outros rendimentos e ganhos	2.296,22	1.698,88	23.892,50	18.588,00	22.504,16	13.553,73	40.722,49	2.337,96	64.880,44	98.543,13	7.525,36	343.400,08	1.690,27	641.633,22
Outros gastos e perdas	-170,00	-160,00	-2.887,93	-2.495,27	0,00	-442,84	-1.984,03	0,00	-153,20	-170,53	-4.301,10	-10.576,00	-177,43	-23.518,33
Resultado antes depreciações, gastos de financiamento e impostos	12.426,37	8.678,19	-12.389,65	-29.014,84	-4.295,76	-26.238,83	59.756,01	-1.693,34	8.436,29	62.596,90	-70.268,95	325.266,49	-14.744,00	318.514,88
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-4.303,13	-7.243,11	-9.352,12	-8.705,24	-5.420,00	-8.815,06	-58.386,19	0,00	-7.774,99	-49.069,22	0,00	-73.560,49	-13.550,95	-246.180,50
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	8.123,24	1.435,08	-21.741,77	-37.720,08	-9.715,76	-35.053,89	1.369,82	-1.693,34	661,30	13.527,68	-70.268,95	251.706,00	-28.294,95	72.334,38
Juros e rendimentos similares obtidos													1.674,87	1.674,87
Juros e gastos similares suportados									0,00	0,00			0,00	0,00
Resultados antes de impostos	8.123,24	1.435,08	-21.741,77	-37.720,08	-9.715,76	-35.053,89	1.369,82	-1.693,34	661,30	13.527,68	-70.268,95	251.706,00	-26.620,08	74.009,25
Imposto sobre o rendimento do período														
Resultado líquido do período	8.123,24	1.435,08	-21.741,77	-37.720,08	-9.715,76	-35.053,89	1.369,82	-1.693,34	661,30	13.527,68	-70.268,95	251.706,00	-26.620,08	74.009,25

Gastos


Gastos
Contas 2018
65 Imparidades
0,30%
69 Juros
0,00%
68 Out.Cust.Perd
0,73%
64 Amortizações
7,63%
62 Fornec. e serviços externos
20,56%
61 Custo das mercadorias
12,82%
63 Custos c/ pessoal
57,96%
61 Custo das mercadorias
62 Fornec. e serviços externos
63 Custos c/ pessoal
64 Amortizações
65 Imparidades
68 Out.Cust.Perd
69 Juros
Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras

Rendimentos



Anexo às Demonstrações Financeiras

1 | IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

1.1 | Designação da entidade: Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras

1.2 | NIPC 501109528

1.3 | Sede: Rua Serpa Pinto nº1 – 2560-363 Torres Vedras

1.4 | Natureza da atividade: A Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras (SCMTV)é uma Pessoa Coletiva de Utilidade Pública Administrativa por despacho de sua Excelência o Ministro da Saúde e Assistência de 20 de Fevereiro de 1959, publicado no Diário do Governo nº55, IIIª Série, de 6 de Março de 1959.

1.5 | Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2 | REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

2.1 | Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas, de acordo com o sistema de normalização contabilística para as entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março de 2011.

Instrumentos legais da NCRF-ESNL:

Portaria n.º 105/2011, de 14 de março - Modelos de Demonstrações Financeiras;

Portaria 106/2011, de 14 de março – Código de Contas;

Aviso nº 6726 – B/2011 – 14 de março – NCRF-ESNL

Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho – SNC

3 | PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

3.1 | Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da SCMTV, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo Fixo Tangível	Vida Útil Estimada
Edifícios e Outras Construções	50 e 20 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	Entre 2 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 2 a 8 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

IMPARIDADE DE ATIVOS

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que as mesmas possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos, a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

INVENTÁRIOS

Mercadorias e matérias-primas

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO, fórmula de custeio, em sistema de inventário permanente.

RÉDITO

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;

É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;

Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;

A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas dos clientes e outras dívidas de terceiros encontram-se mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade.

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros.

EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação

4 | FLUXOS DE CAIXA:

4.1 | Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Descrição	31-12-2018
Caixa e Depósitos Bancários	
Ativos	
Caixa	20.386,49
Depósitos á Ordem	648.329,36
Outros Depósitos Bancários	200.050,00
Total	868.765,85

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da SCMTV.

5 | ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

a) Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas;

b) As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos;

c) Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciação acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2017	Adições	Abates e Transferências	31-12-2018
Bens do Património Histórico e Cultural	70.868,40	0,00	0,00	70.868,40
Terrenos e Recursos Naturais	297.096,36	20.000,00	1.000,00	316.096,36
Edifícios e Outras Construções	10.067.741,67	0,00	10.482,01	10.057.259,66
Equipamento Básico	644.278,51	10.828,81	0,00	655.107,32
Equipamento de Transporte	218.562,27	11.012,82	10.245,31	219.329,78
Equipamento Administrativo	657.969.64	9.106,60	0,00	667.076,24
Equipamento Biológico	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos Tangíveis	96.593,60	0,00	0,00	96.593,60
Investimentos em Curso-Ativos Tangíveis	102.880,94	239.442,80	0,00	342.323,74
Ativo Tangível Bruto	12.155.991,39	290.391,03	21.727,32	12.424.655,10
Depreciações Acumuladas	6.055.162,22	246.180,50	12.551,35	6.288.791,37
Depreciação Acumulada	6.055.162,22	246.180,50	12.551,35	6.288.791,37
Ativo Tangível Líquido	6.100.829,17	44.210,53	9.175,97	6.135.863,73

6 | INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A quantia escriturada no balanço á data de 31 de dezembro de 2018 tem a seguinte decomposição:

Investimentos Financeiros	31-12-2017	31-12-2018
Obrigações e Títulos de Participação		
Ações-TVI-Rádio Renascença	14.963,94	14.963,94
OPS-Fundo de Participação CEMG	0,00	0,00
Fundo de Compensação de Trabalho	8.116,69	10.905,22
Total	23.080,63	25.869,16

7 | INVENTÁRIOS

Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se mensuradas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio. O sistema de inventário utilizado é o permanente.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2018, os inventários da entidade, detalham-se conforme quadro que se segue:

Descrição	31-12-2017	31-12-2018
Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	16.951,99	15.311,62
Total	16.951,99	15.311,62

Quantia de inventários reconhecida como gastos durante o período.

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2018, detalham-se conforme quadro que se segue:

Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	31-12-2017	31-12-2018
Saldo Inicial	20.997,70	16.951,99
Compras	419.009,13	412.679,47
Regularizações	5.307,37	906,09
Saldo Final	16.951,99	15.311,62
Gasto do Período	417.747,47	413.413,75

8 | RÉDITO

Quantia de cada categoria **significativa** de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Rubricas	31-12-2017	31-12-2018	Variação
Prestações de Serviços			
Mensalidades	1.456.839,96	1.525.319,01	68.479,05
Extras Mensalidade	85.609,02	97.634,27	12.025,25
Comparticipações Seg. Social	1.044.294,68	1.029.696,14	-14.598,54
Rendas	331.273,90	352.486,32	21.212,42
Outros Rendimentos			
Refeições Funcionários	67.779,99	66.521,68	-1.258,31
Direitos Entrada-Domus	25.800,00	40.800,00	15.000,00
Doações	6.434,08	6.224,44	-209,64
Subsídio p/ Investimento	24.125,48	24.125,48	0,0
Juros			
Depósitos Bancários	1.946,66	1.674,87	-271,79
Total	3.044.103,77	3.144.482,21	100.378,44

9 | ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela Mesa Administrativa e autorizadas para emissão em 28 de fevereiro de 2019.

Após a data do balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

10| INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas contabilísticas

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e para outras políticas contabilísticas na contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

10.1 | Fornecedores/membros/outras contas a receber e a pagar/pessoal

Em 31 de dezembro de 2017 e 2018, a rubrica de fornecedores/membros/outras contas a receber e a pagar/pessoal, apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2017	31-12-2018
Ativo		
Clientes	149.826,00	118.190,92
Outras Contas a Receber	150.296.59	120.054.18
Total	300.122,59	238.245,10
Passivo		
Fornecedores	55.188,60	52.683,92
Outras Contas a Pagar	464.357,95	389.410,52
Total	519.546,55	442.094,44

10.2 | Reconhecimento das perdas por imparidade de dívidas a receber, o cálculo é efetuado de acordo com a antiguidade da dívida.

Imparidades	31-12-2017	31-12-2018
Clientes	36.504,55	46.321,58
Inquilinos	20.331,19	19.863,69
Total	56.835,74	66.185,27

10.3 | Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2017 e 2018, a rubrica de «Caixa» e «Depósitos bancários» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2017	31-12-2018
Caixa e Depósitos Bancários		
Ativos		
Caixa	6.657,24	20.386,49
Depósitos á Ordem	259.100,42	648.329,36
Outros Depósitos Bancários	300.050,00	200.050,00
Total	565.807,66	868.765,85

10.4 | Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2018, a rubrica de «Financiamentos obtidos», apresentava a seguinte decomposição:

Instituição Bancária	31-12-2017	31-12-2018
Millennium-BCP	0,00	200.000,00
Total	0,00	200.000,00

11 | Benefícios de empregados

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com o Pessoal	31-12-2017	31-12-2018
Remunerações do Pessoal	1.379.946,69	1.418.715,12
Encargos s/ Remunerações	310.364,33	317.078,86
Outros Custos c/ Pessoal	131.584,55	133.376,52
Total	1.821.895,57	1.869.170,50

A rubrica «Outros gastos» inclui gastos com a medicina no trabalho, formação e seguro de acidentes de trabalho.

12 | OUTRAS INFORMAÇÕES

12.1 | Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2018, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Estado e Outros Entes Públicos	31-12-2017	31-12-2018
Imposto s/ Rendimento	8.885,84	10.927,88
Contribuições p/ Seg. Social	31.379,75	35.218,71
Total	40.265,59	46.146,59

12.2 | Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2018, a rubrica de «Diferimentos» apresentava a seguinte decomposição:

Diferimentos	31-12-2017	31-12-2018
Ativo		
Gastos a Reconhecer		
Seguros	6.749,17	7.161,90
Passivo		
Rendimentos a Reconhecer		
Direitos de Entrada-Domus	93.600,00	102.800,00
Total	86.850,83	95.638,10

12.3 | Acréscimos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2018, a rubrica de «Devedores por acréscimos de rendimentos e Credores por acréscimos de gastos» apresentava a seguinte decomposição:

Acréscimos	31-12-2017	31-12-2018
Ativo		
Devedores p/ acréscimos de rendimentos		
Juros a receber	1.188,00	450,00
Outras receitas diferidas (Segurança Social)		
Vagas extra acordo (lar)	1.206,38	1.232,92
Comparticipação diferencial	7.107,99	1.906,02
Cantina Social	7.310,00	2.635,00
Compensação Educação Pré-Escolar	45.306,48	43.585,08
Outras receitas diferidas (Reembolso iva)	17.605,61	39.388,07
Total	79.724,46	89.197,09
Passivo		
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	222.214,67	235.395,74
Juros a liquidar	0,00	0,00
Outros despesas diferidas		
Creche	0,00	0,00
Total	222.214,67	235.395,74

12.4 | Fundos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2018, a rubrica dos «Fundos patrimoniais» apresentava a seguinte decomposição:

Fundos Patrimoniais	31-12-2017	31-12-2018
Fundos	4.492.247,00	4.492.247,00
Reservas		
Resultados Transitados	519.190,84	676.791,11
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.296.654,86	1.257.128,97
Resultado Líquido do Período	52.036,37	74.009,25
Total	6.360.129,07	6.500.176,33

12.5 | Respostas Sociais

Para a atribuição de resultados às respostas sociais, o procedimento foi de igual modo aos anos anteriores.

Todos os custos e proveitos diretos, nomeadamente receitas de mensalidades dos utentes e comparticipações do Instituto da Segurança Social (I.S.S.), foram contabilizados diretamente em cada uma das respostas sociais a que correspondem.

Nos custos indiretos, comuns á resposta social do mesmo estabelecimento, foi utilizado um coeficiente proporcional às receitas de mensalidades dos utentes e a comparticipação do I.S.S..

12.6 | Revisor Oficial de Contas

Durante o ano de 2018 as contas foram fiscalizadas pela sociedade "Diz & Associados –SROC,Lda.

Torres Vedras, 28 de Fevereiro 2019

TOC Nº62764

Paula Videira

A Mesa Administrativa

Parecer do Conselho Fiscal

Santa casa da Misericórdia de Torres Vedras

Conselho Fiscal

Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório de Atividades e Contas do Exercício do ano de 2018 apresentados pela Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras

Prezados irmãos:

Dando satisfação ao preceituado na alínea c) do número 1 do artigo 31. ° do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras, vem o Conselho Fiscal desta Instituição submeter à vossa apreciação o seu Parecer emitido em 26 de março de 2019 em reunião para o efeito realizada e a que se refere a ata n.°1/2019 desta mesma data, sobre o Relatório de Atividades e Contas do Exercício apresentados pela Mesa Administrativa relativo à gerência do ano de 2018.

O Conselho Fiscal começou por apreciar o Relatório de Atividades constatando e confirmando que este documento descreve com rigor e minucia toda a atividade desenvolvida neste período, verificando-se ser ele concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Quanto as Contas do Exercício, foram analisados os seguintes documentos: - Demonstrações de Resultados Líquidos; Balanço; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Mapa de Resultados por Valência (Respostas Sociais); Anexo às Demonstrações Financeiras e Mapa Discriminativo da Conta 62.

Foram também apreciados outros mapas e gráficos de gestão económica e financeira e de movimentação de pessoal por Valência, muito importantes no acompanhamento da evolução da atividade e procedeu-se á análise comparativa da Conta do Exercício com as previsões constantes do Orçamento aprovado, com particular atenção na Conta de Exploração e especial incidência nos desvios verificados e suas razões, assim como se comparou ainda a evolução da atividade do ano de 2018 com a dos dois últimos anos.

Constata-se que a Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras goza de situação económica e financeira estável e que o Fundo de Capitais é bastante confortável e isso é visível na Autonomia Financeira (89,15%) e no nível de Solvabilidade (8,21).

Não obstante a evolução da atividade se tenha processado de forma gradual e sustentável, o Conselho Fiscal debruçou-se mais profundamente sobre os gastos com o Pessoal.

Confirmou-se que no exercício de 2018, o movimento geral atingiu os 3.299.296,94€ (três milhões duzentos e noventa e nove mil, duzentos e noventa e seis euros e noventa e quatro cêntimos); que o ativo liquido atingiu os 7.291.217,36 € (sete milhões duzentos e noventa e um mil, duzentos e dezassete euros e trinta e seis cêntimos) e que o total dos Fundos Patrimoniais atingiu os 6.500.176,33 (seis milhões e quinhentos mil cento e setenta e seis euros e trinta e três cêntimos), incluindo o resultado liquido positivo do período de 74.009,25€ (setenta e quatro mil e nove euros e vinte e cinco cêntimos).

Por último, apreciamos o Relatório Anual do Revisor Oficial de Contas e a respetiva Certificado Legal das Contas emitidos pela firma Diz & Associados- SROC, Lda. - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Decorrente de todas as análises e comparações efetuadas, o Conselho Fiscal reforçou a convicção de que a habitual atenção que a digníssima Mesa Administrativa vem prestando é gestão da Instituição, em particular aos pontos mais sensíveis, visando a sua racionalização e eficiência, continuou a ser prosseguida.

O Conselho Fiscal concluiu assim pela justeza de toda a atividade administrativa, económica e financeira desenvolvida pela Mesa Administrativa, encontrando-se tudo na melhor ordem e exatidão, entendendo ser seu dever realçar e expressar o facto.

Face ao exposto e a concluir, o Conselho Fiscal, por unanimidade, é de Parecer que:

1. Sejam aprovados o Relatório (com todas as suas propostas, incluindo a da aplicação de resultados) e as Contas do exercício de 2018, apresentados pela Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras.

2. Que aproveis um voto de louvor é Digníssima Mesa Administrativa pelo empenho, rigor e eficiência com que dirigiu a nossa Instituição no decurso de todo o ano de 2018.

Torres Vedras, 26 de março de 2019
O Conselho Fiscal

Certificação Legal de Contas

diz
& associados-SROC, Lda

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de ***SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE TORRES VEDRAS (SCM Torres Vedras)***, que compreendem o balanço em 31/12/2018 (que evidencia um total de 7.291.217 euros e um total de fundos patrimoniais de 6.500.176 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 74.009 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato

Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais

Lisboa, 18 de Março de 2019

DIZ & ASSOCIADOS, SROC
Representada por:
José Joaquim Afonso Diz